

Cardoso confia no apoio do Congresso às medidas

Resistência de parlamentares ao aumento de impostos não preocupa ministro

SANDRA SATO

BRASÍLIA — A resistência dos parlamentares ao aumento proposto de 5% nas alíquotas dos impostos federais e à retenção de 15% dos repasses constitucionais a Estados e municípios não preocupa o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. "Explicando direitinho e o Brasil sentindo necessidade de uma administração que permita estabilizar a economia, a gente ganha", disse o ministro ontem, antes de entrar para uma reunião em seu gabinete, com assessores, em que se discutiu o programa de descentralização.

Cardoso desmentiu também a informação de que o governo

está preparando mudanças nas regras de correção dos salários, como a conversão do salário mínimo ao novo indexador de acordo com a média dos últimos 12 meses. "Qualquer medida que se refira aos salários é invenção e especulação sem base", comentou. O próprio ministro, no entanto, foi quem confirmou a informação de que os salários dos servidores teriam de ser aumentados pela média após a adoção do plano econômico. A informação foi dada em entrevista ao *Jornal da Globo*, levada ao ar na madrugada de terça-feira.

Cardoso, que ainda estava em Toronto, afirmou que com o plano de estabilização "não se poderia fazer um acordo salarial com reajuste pelo pico, porque o aumento seria bru-

tal". O ministro disse ontem que recebeu com naturalidade as críticas ao plano. "Quando as pessoas propõem mudanças fortes, os outros resistem", declarou, advertindo que o Brasil precisa justamente de mudanças fortes.

O ministro está convencido de que conseguirá reverter as opiniões, quando for explicado melhor o objetivo das medidas e desfeitas as "idéias impressionísticas". Entre essas idéias, comentou o ministro, está a de que o Fundo de Reserva de Emergência Social será usado pelo go-

verno sem qualquer critério. "O Fundo é para executar o orçamento sem fazer dívida maior", corrigiu, e assegurou que a destinação dos recursos do fundo será a mesma dada pelo Congresso.

MINISTRO
DESMENTE
NOTÍCIAS
SOBRE
MUDANÇAS
NA CORREÇÃO
DE SALÁRIOS

